



RESULTADOS
2T15

RELAÇÕES COM INVESTIDORES



CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DO 2T15

São Paulo, 30 de Julho de 2015 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados do 2º trimestre de 2015. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES

- **Receita Líquida:** atingiu R\$ 279,0 milhões no 2T15, aumento de 27,8% em relação ao 2T14 quando registrou R\$ 218,4 milhões;
- **Custos e Despesas Operacionais:** a parcela dos custos e despesas de O&M gerenciáveis apresentou redução de R\$ 4,9 milhões (-4,7%) no 2T15, em relação ao 2T14; já os custos e despesas de O&M totais (excluindo despesas de contingências, com alta de R\$ 19,2 milhões) resgistraram aumento de 13,4% no período;
- **Ebitda:** com **Margem** de 40,6%, atingiu R\$ 113,3 milhões no 2T15;
- **Lucro Líquido:** alcançou R\$ 79,9 milhões no 2T15 - queda de 11,3% em relação ao 2T14, com destaque para receita não recorrente no 2T14 de R\$ 21,4 milhões (créditos extemporâneos de PIS/Cofins), acréscimo no lucro bruto de R\$ 33,3 milhões, redução de R\$ 10,7 milhões no resultado financeiro e aumento das despesas de contingências citadas acima;
- **Envidamento Bruto:** a dívida bruta consolidada diminuiu 10,2% no 2T15 em relação ao final de 2014, somando R\$ 1.070,9 milhões;
- **Proventos:** distribuição, em junho de 2015, de R\$ 141,8 milhões, sendo R\$ 31,0 milhões referentes ao ano de 2014 e R\$ 110,8 milhões de 2015;
- **Demais Instalações de Transmissão (DIT):** em 23 de junho de 2015 a ANEEL aprovou a abertura de Audiência Pública com vistas a colher subsídios à proposta de transferência das DIT das transmissoras de energia elétrica para as distribuidoras, nos termos da Nota Técnica nº 0032/2015-SRD/ANEEL. A Companhia, nos termos do processo de audiência pública, tomará as medidas cabíveis para defender seus interesses nas esferas competentes; e
- **Reajuste Anual da Receita (RAP):** em 29 de junho de 2015, foi publicada a Resolução Homologatória nº1.918, estabelecendo as RAPs da CTEEP e suas Subsidiárias para o Ciclo 2015/2016. A RAP Consolidada, que era de R\$ 827,7 milhões, passou para R\$ 963,4 milhões, apresentando um incremento de R\$ 135,6 milhões ou 16,4%.

Teleconferência

Quando: 31/07/2015 - 10h00 (Brasília)

Telefones:

Brasil: (+55 11) 3193 1001

(+55 11) 2820 4001

USA: (+1 888) 700 0802

Outros: (+1 786) 924 6977

Webcast: www.ctEEP.com.br/ri

Principais Indicadores Consolidados						
(R\$ milhões)	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Receita Líquida	279,0	218,4	27,8%	532,7	443,7	20,1%
EBITDA	113,3	119,8	(5,5%)	224,5	225,4	(0,4%)
Margem EBITDA	40,6%	54,9%	(14,3) p.p	42,1%	50,8%	(8,7) p.p
Lucro Líquido	79,9	90,1	(11,3%)	166,5	175,7	(5,2%)
Margem Líquida	28,6%	41,3%	(12,6) p.p	31,3%	39,6%	(8,3) p.p
Rating - Fitch	AA+(bra)					



SUMÁRIO

A CTEEP.....	4
Desempenho Operacional	5
Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS	7
Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório	13
Estrutura de Capital.....	17
Assuntos Regulatórios.....	18
Eventos Subsequentes.....	20
Mercado de Capitais	21
Anexos.....	22
▪ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS	22
▪ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil) – Consolidado	24
▪ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil).....	25
▪ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)	26
▪ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ milhões).....	27
▪ Anexo VI – Subsidiárias	28
▪ Anexo VII – Contas a Receber.....	29
▪ Anexo VIII – Resultados Consolidado Regulatório	30
▪ Anexo IX – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira (51% CTEEP)	31

A CTEEP

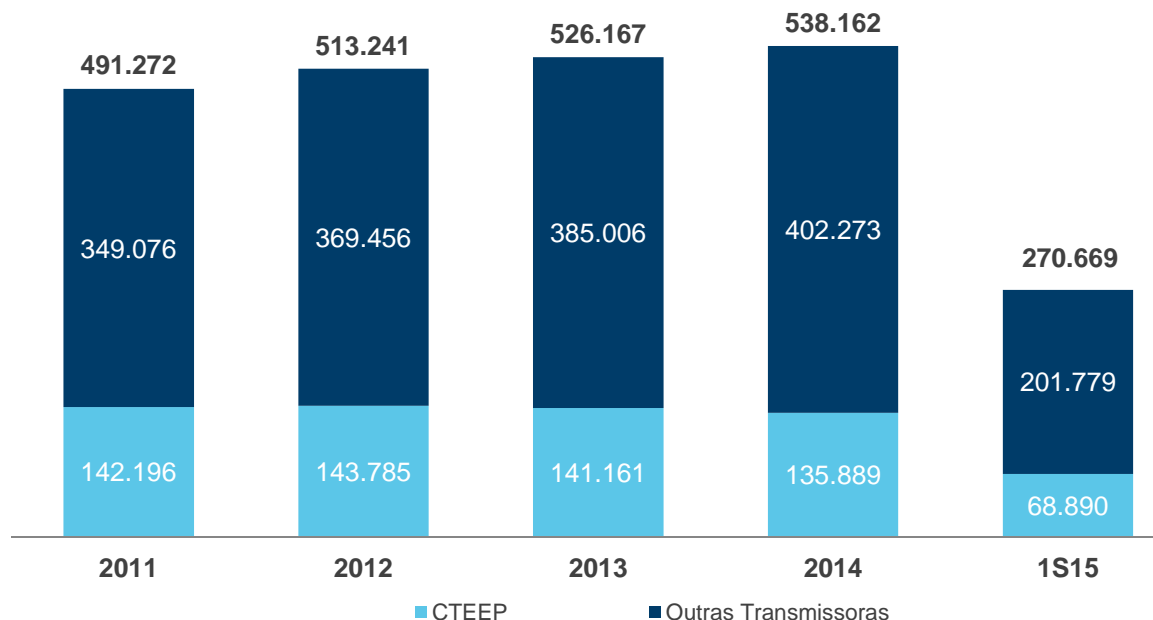
A CTEEP- Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, responsável pelo transporte anual de cerca de 25% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP, através de suas subsidiárias, está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo. A organização detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), IEPinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros), IESerra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi), IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns), IEMadeira (Interligação Elétrica do Madeira), IESUL (Interligação Elétrica Sul) e IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e Evrecy.

No 2S15 um total de 68.889,85 GWh de energia trafegaram pelos ativos da CTEEP, uma rede formada por 19.131,2 km de linhas de transmissão, 14.127,8 km de circuitos, 2.280 km de cabos de fibra óptica e 107 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 46.587 MVA. Essa rede é integrada com a de outras transmissoras, viabilizando acesso aos clientes livres, bem como a conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2011 a 30 de junho de 2015. O SIN é um sistema de transmissão e produção de energia elétrica do Brasil, formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.

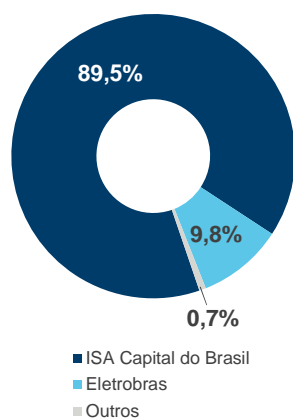
GWh



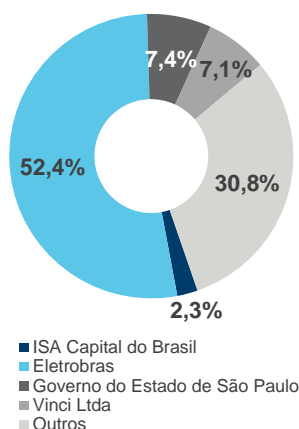
Composição Acionária

Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro (Eletrobras), o Governo do Estado de São Paulo e mais de 60 mil acionistas em 30 de junho de 2015.

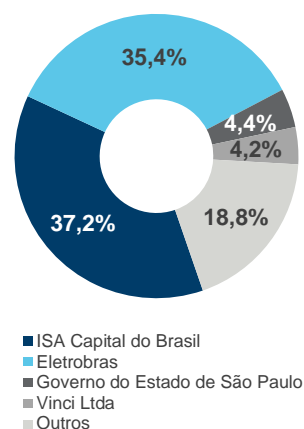
Ações Ordinárias – TRPL3 (40% do total)



Ações Preferenciais – TRPL4 (60% do total)



Capital Social Total



Estrutura Societária

Os investimentos da CTEEP em empresas controladas, total ou parcialmente, são os seguintes em 30 de junho de 2015:



(*) 50% mais 1 (uma) ação.

Desempenho Operacional

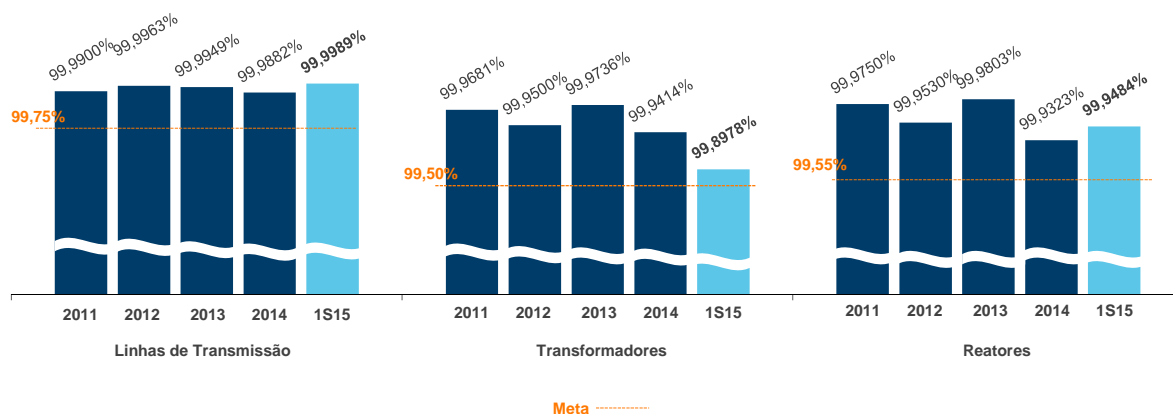
■ Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

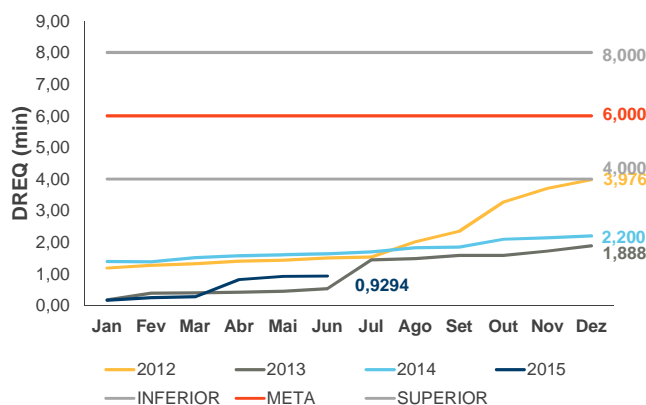
O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL e o foco da Companhia é garantir a eficiência e qualidade na prestação dos serviços de transmissão. Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por meio de desconto na receita auferida pela disponibilidade. Os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da CTEEP.

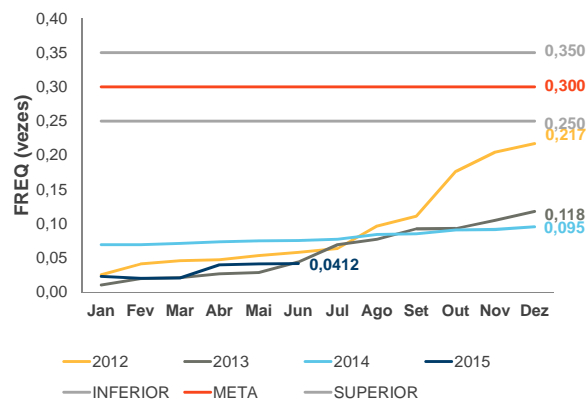
Disponibilidade dos Ativos



Duração Equivalente de Interrupção (DREQ) - Tempo equivalente de interrupção da demanda máxima expressa em minutos.



Frequência Equivalente de Interrupção (FREQ) - Número de vezes em que a demanda máxima é interrompida no período.



Em 30 de junho de 2015, o índice DREQ dos últimos 12 meses registrado pela CTEEP foi de 0,9294. O índice FREQ dos últimos 12 meses foi de 0,0412 vezes.

Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS

■ Receita Operacional Bruta

No 2T15, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 314,1 milhões, crescimento de 27,5% em relação ao mesmo período de 2014 quando atingiu R\$ 246,4 milhões. A variação é decorrente do aumento de 75,1% na receita de construção, 15,6% na receita de operação e manutenção (receita recorrente) e 33,0% na receita financeira.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Construção	64,9	38,1	70,6%	102,5	75,8	35,3%	70,8	40,4	75,1%	119,6	81,2	47,3%
Operação e Manutenção	182,0	160,0	13,8%	361,7	323,0	12,0%	192,1	166,2	15,6%	380,4	334,3	13,8%
Financeira	27,6	20,9	32,3%	55,7	40,4	37,9%	45,8	34,4	33,0%	89,1	72,6	22,7%
Outras	5,9	5,8	0,8%	11,8	11,9	(0,4%)	5,4	5,3	0,8%	10,8	10,6	1,6%
Total	280,4	224,7	24,8%	531,7	451,0	17,9%	314,1	246,4	27,5%	599,8	498,7	20,3%

Receitas de Serviços de Construção - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra.

A Receita de Construção consolidada totalizou R\$ 70,8 milhões no 2T15, um aumento de 75,1% quando comparada aos R\$ 40,4 milhões do 2T14, decorrente, principalmente, do aumento de projetos de reforços, de construção de subestação, reconstrução de linhas de transmissão e implantação de bancos de capacitores na CTEEP e banco de reatores e transformadores na controlada IEPinheiros.

Receitas dos Serviços de Operação e Manutenção - São reconhecidas no período no qual os serviços operacionais e de manutenção são prestados pela Companhia aos ativos da concessão.

No 2T15, a Receita de Operação e Manutenção consolidada somou R\$ 192,1 milhões, aumento de 15,6% quando comparados aos R\$ 166,2 milhões do 2T14, refletindo (i) apuração de superávit¹ na arrecadação do sistema de R\$ 12,8 milhões, respondendo por 7,7% da variação; (ii) correção monetária de 6,5% (IGPM/IPCA) do ciclo da RAP de 2013/2014 para 2014/2015, no montante de R\$10,8 milhões; e (iii) a entrada em operação de novos investimentos com valor total de R\$ 2,4 milhões, representando 1,4% da variação.

Receita Financeira - A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o saldo de investimento, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

A Receita Financeira consolidada somou R\$ 45,8 milhões no 2T15, aumento de 33,0% comparada ao mesmo período de 2014 quando atingiu R\$ 34,4 milhões, refletindo o incremento do ativo financeiro para a realização dos valores de construção e indenização na CTEEP (saldo do ativo financeiro no 2T15: R\$ 1.056,5 milhões e no 2T14: R\$ 773,6 milhões, excluindo o saldo do ativo reversível – Lei nº 12.783).

Outras Receitas - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros. No 2T15, tais receitas totalizaram R\$ 5,4 milhões, (alta de R\$ 0,2 milhão em aluguéis e queda de R\$ 0,1 milhão em serviços de terceiros) se mantendo praticamente estável em relação ao 2T14, quando registrou R\$ 5,3 milhões.

¹ Resultado do Superávit ou Déficit do sistema apurados no período. A arrecadação e as necessidades de receita são variáveis ao longo do ciclo tarifário, em função das novas instalações e respectivas receitas que entram em operação, além da dinâmica própria de contratação dos usuários da rede. Como as tarifas de transmissão permanecem fixas por um ano, foi necessária a criação de um mecanismo para fazer frente ao superávit ou déficit de receita que ocorre ao longo do período. Todo usuário da rede realiza seu pagamento diretamente às transmissoras, de modo que o rateio de superávits e déficits é feito em cada uma delas. A diferença desse resultado será convertida em Parcela de Ajuste (PA) no próximo ciclo tarifário.

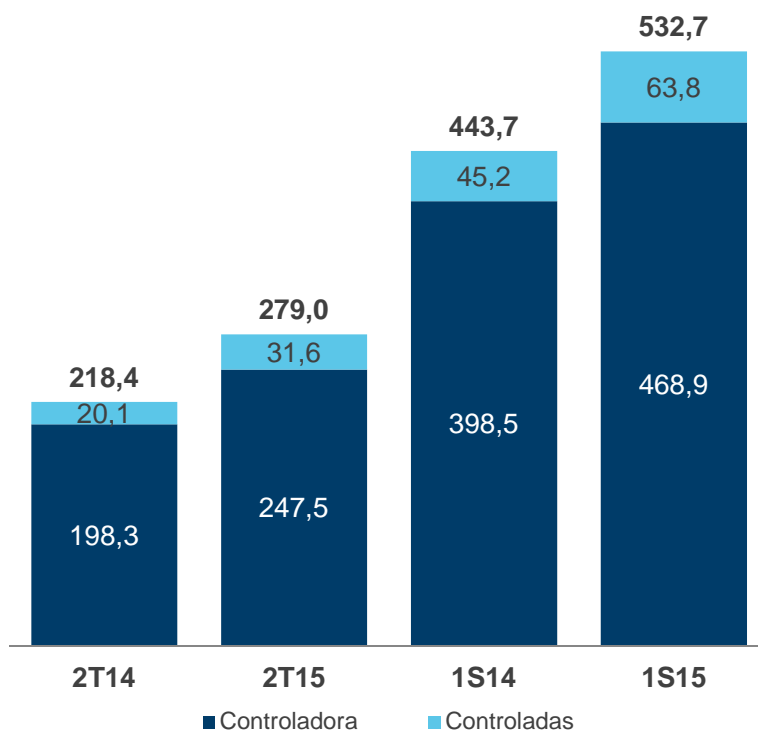
■ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 35,0 milhões no 2T15, aumento de 25,0% comparada aos R\$ 28,0 milhões do 2T14. A variação reflete, principalmente, o aumento de 32,9% nos tributos sobre a receita que acompanham a variação da receita operacional.

■ Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Receita Operacional Líquida Consolidada no 2T15 atingiu R\$ 279,0 milhões, aumento de 27,8% em relação ao mesmo período de 2014 quando reportou R\$ 218,4 milhões.

(R\$ milhões)



■ Custos e Despesas de O&M e Construção

Os custos e despesas de O&M gerenciáveis apresentaram redução de R\$ 4,9 milhões (-4,7%) no segundo trimestre de 2015, comparados ao mesmo período de 2014; os custos e despesas de O&M totais (excluindo as despesas de contingências, com aumento de R\$ 19,2 milhões), resgistraram alta de 13,4% no período.

A Companhia tem envidado todos os esforços para manter o mesmo nível de custos e despesas de O&M, e o resultado desses esforços fica evidente quando observamos os aumentos nos demais custos e despesas (ex-contingências) abaixo da inflação do período (IPCA de 8,89%), com destaque para: (i) reprogramação de algumas atividades de operação e manutenção em atendimento as necessidades técnicas e de acordo com restrições de intervenção no sistema; (ii) internalização de parte de serviços de operação e manutenção; e (iii) redefinição de escopo e condições de contratação de serviços.

O aumento das contingências deve-se, substancialmente: (i) contingências trabalhistas de R\$ 13,1 milhões no 2T15, das quais a CTEEP é corresponsável legal em processos trabalhistas de empresas inadimplentes e/ou insolventes que prestam serviço de mão de obra terceirizada à Companhia e (ii) contingências fiscais no valor de R\$ 5,7 milhões no 2T15, devido a processo de IPTU.

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Pessoal	(56,1)	(55,7)	0,6%	(117,2)	(108,6)	7,9%	(58,6)	(58,1)	0,9%	(122,8)	(113,3)	8,4%
Serviços	(21,7)	(24,4)	(11,0%)	(42,0)	(42,0)	0,1%	(23,5)	(26,4)	(10,8%)	(45,7)	(45,6)	0,2%
Materiais	(2,5)	(3,3)	(23,5%)	0,4	(2,3)	(119,3%)	(3,1)	(4,7)	(33,4%)	(0,4)	(5,4)	-93,3%
Depreciação	(2,0)	(2,3)	(14,6%)	(3,9)	(4,3)	(9,3%)	(2,2)	(2,3)	(4,3%)	(4,3)	(4,3)	0,0%
Contingências	(21,8)	(2,6)	748,7%	(39,0)	(11,0)	253,4%	(21,8)	(2,6)	749,5%	(38,9)	(11,0)	253,0%
Outros	(11,4)	(12,5)	(8,1%)	(24,1)	(26,8)	(9,9%)	(12,0)	(12,9)	(7,0%)	(25,2)	(27,7)	-9,1%
Total	(115,5)	(100,7)	14,7%	(225,7)	(195,0)	15,8%	(121,2)	(106,9)	13,4%	(237,4)	(207,4)	14,5%

Os custos de construção consolidado atingiram R\$ 64,6 milhões no 2T15, aumento de 76,0% em relação ao mesmo período de 2014, quando atingiram R\$ 36,7 milhões, acompanhando a variação da receita de construção, com concentração na aquisição de materiais devido à fase de construção das obras.

Custos de Construção (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Total	(58,9)	(34,6)	70,3%	(93,0)	(68,8)	35,2%	(64,6)	(36,7)	76,0%	(109,2)	(73,9)	47,7%

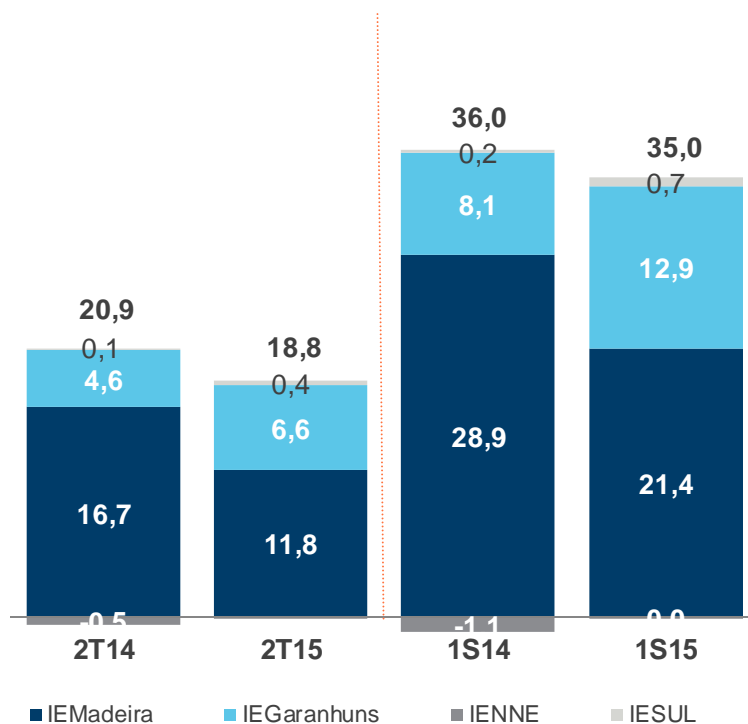
■ Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 2T15 registrou receita de R\$ 18,8 milhões, queda 10,0% frente à receita de R\$ 20,9 milhões no 2T14. A variação é decorrente, principalmente, da queda de 29,3% no resultado da subsidiária IEMadeira devido: (i) ao aumento de despesas financeiras decorrente do endividamento com debêntures; e (ii) aos impactos de adoção do RTT em 2015 com revisão do benefício SUDAM, com acréscimo no Imposto de Renda de R\$ 3,5 milhões no 2T15.

A subsidiária IEGaranhuns, teve um aumento de 44,3%, refletindo o incremento do ativo financeiro previsto para a realização dos valores de construção e indenização.

O resultado negativo em IENNE, apresentado no 2T14 traz o efeito da primeira revisão tarifária periódica definida pela Resolução Homologatória nº 1.540, de junho de 2013, que reduziu a RAP da subsidiária em 8,9% para o ciclo 2013/2014.

(R\$ milhões)



■ Outras Receitas (despesas) Operacionais

O resultado de outras receitas/despesas operacionais atingiu despesa de R\$ 9,1 milhões no 2T15, frente a receita de R\$ 13,8 milhões no 2T14. Esta variação é decorrente do reconhecimento no 2T14 do crédito extemporâneo de PIS e COFINS sobre aquisição, nos últimos 5 anos, de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 21,4 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 4,1 milhões no 2T15, frente a receita de R\$ 6,7 milhões registrada no 2T14.

A variação reflete: (i) redução de receitas de variação monetária e de juros ativos que no 2T15 totalizou R\$ 17,2 milhões, comparado com R\$ 24,5 milhões no 2T14, referentes à atualização pelo IPCA + 5,59% do contas a receber de ativo reversível (NI) – Lei nº 12.783. As parcelas recebidas até 30 de junho de 2015 totalizam, aproximadamente 88,0% do valor total a receber; e (ii) redução do rendimento de aplicação financeira devido ao menor saldo de caixa em junho de 2015 (média de R\$ 357,9 milhões) em relação ao mesmo período de 2014 (média de R\$ 509,5 Milhões).

No 1S15 resultado financeiro consolidado atingiu receita de R\$ 2,4 milhões, contra R\$ 16,5 milhões no mesmo período de 2014.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	17,9	23,2	(23,0%)	37,8	47,5	(20,5%)	22,3	23,8	(6,4%)	45,3	48,8	(7,0%)
Receita de variações monetárias líquidas	9,8	18,6	(47,4%)	27,4	37,2	(26,4%)	9,8	18,6	(47,3%)	27,3	37,2	(26,2%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(31,7)	(30,4)	4,1%	(61,0)	(59,3)	2,9%	(36,1)	(35,4)	(0,2%)	(70,1)	(69,1)	(0,5%)
Outras	(0,1)	(0,1)	-	(0,2)	(0,0)	-	(0,0)	(0,3)	-	(0,1)	(0,4)	-
Total	(4,1)	11,3	136,3%	4,0	25,4	0,8	(4,1)	6,7	(161,2%)	2,4	16,5	(85,4%)

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A Controladora é tributada no regime do Lucro Real e todas as controladas são tributadas no regime de lucro presumido.

A rubrica de imposto de renda e contribuição social consolidada apresentou despesa de R\$ 19,0 milhões no 2T15 contra a despesa de R\$ 26,0 milhões no 2T14, redução de 26,9%. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social no 2T15 foi de 19,2% e no 2T14 22,4%.

■ Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do 2T15 atingiu R\$ 79,9 milhões, uma redução de 11,3% em relação ao 2T14, quando registrou R\$ 90,1 milhões. Por sua vez, o Lucro por ação no 2T15 foi de R\$ 0,4955.

No 1S15 o lucro atingiu R\$ 166,5 milhões, redução de 5,2% em relação ao mesmo período de 2014.

■ EBITDA e Margem EBITDA

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 113,3 milhões no 2T15, redução de R\$ 5,4 milhões comparado ao Ebitda de R\$ 119,8 milhões registrando no 2T14. A margem Ebitda no 2T15 foi de 40,6%.

No 1S15, o Ebitda Consolidado atingiu R\$ 224,5 milhões com margem de 40,6%.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	2T15	2T14	1S15	1S14	2T15	2T14	1S15	1S14
Lucro (prejuízo) Líquido	76,6	90,1	161,0	175,7	79,9	90,1	166,5	175,7
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	17,6	25,1	38,0	46,5	19,0	26,0	39,9	45,8
Resultado financeiro líquido	4,1	(11,3)	(4,0)	(25,4)	4,1	(6,7)	(2,4)	(16,5)
Depreciações e amortizações	10,1	10,4	20,1	20,5	10,3	10,4	20,5	20,5
EBITDA ICVM nº 527/12	108,5	114,3	215,2	217,3	113,3	119,8	224,5	225,4
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	43,8%	57,6%	45,9%	54,5%	40,6%	54,9%	42,1%	50,8%

Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório²

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Receita Operacional Bruta	204,1	179,3	13,8%	407,7	361,2	12,9%	235,1	202,7	16,0%	465,0	406,6	14,4%
Deduções à Receita Operacional	(26,5)	(22,2)	19,4%	(52,7)	(44,2)	19,2%	(28,5)	(23,9)	19,5%	(56,6)	(47,5)	19,1%
Receita Operacional Líquida	177,6	157,1	13,0%	355,0	316,9	12,0%	206,6	178,8	15,5%	408,4	359,1	13,7%
Custos e Despesas Operacionais	(119,1)	(101,6)	17,2%	(235,2)	(209,5)	12,2%	(130,1)	(112,5)	15,7%	(257,9)	(231,0)	11,6%
Resultado Bruto	58,6	55,6	5,4%	119,8	107,4	11,5%	76,4	66,4	15,2%	150,6	128,1	17,6%
Equivalência Patrimonial	29,9	18,1	65,5%	58,0	11,1	420,5%	17,5	12,8	36,8%	37,7	1,2	3097,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(8,3)	(11,6)	(28,4%)	(16,1)	(20,5)	(21,4%)	(9,2)	(11,6)	(20,3%)	(17,0)	(20,5)	(16,8%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	80,2	62,0	29,2%	161,7	98,1	64,9%	84,7	67,6	25,4%	171,2	108,8	57,4%
Resultado Financeiro	(4,1)	11,3	(136,3%)	4,0	25,4	(84,4%)	(4,1)	6,7	(161,2%)	2,4	16,5	(85,4%)
Lucro operacional	76,1	73,3	3,7%	165,7	123,4	34,2%	80,7	74,3	8,6%	173,6	125,3	38,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(17,6)	(13,9)	26,8%	(38,1)	(28,1)	35,3%	(19,0)	(14,8)	27,9%	(40,5)	(30,0)	35,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	58,4	59,4	(1,7%)	127,6	95,3	33,9%	61,7	59,4	3,8%	133,1	95,3	39,6%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	0			(3,3)	0,0	100,0%	(5,5)	0,0	
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	58,4	59,4	(1,7%)	127,6	95,3	33,9%	58,4	59,4	(1,7%)	127,6	95,3	33,9%

Receita Operacional Bruta – Regulatório

No 2T15, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 235,1 milhões, um aumento de 16% em relação ao mesmo período de 2014, quando registrou R\$ 202,7 milhões. Este aumento é decorrente (i) da apuração de superávit na arrecadação do sistema de R\$ 12,8 milhões; (ii) da correção monetária de 6,5% (IGPM/IPCA) do ciclo da RAP de 2013/2014 para 2014/2015, no montante de R\$10,8 milhões; e (iii) da entrada em operação de novos investimentos.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Disponibilidade da Rede Elétrica	198,2	173,5	14,2%	395,9	349,3	13,3%	229,7	197,4	16,4%	454,3	396,0	14,7%
Outras	5,9	5,8	0,8%	11,8	11,9	(0,4%)	5,4	5,3	0,9%	10,8	10,6	1,6%
Total	204,1	179,3	13,8%	407,7	361,2	12,9%	235,1	202,7	16,0%	465,0	406,6	14,4%

Deduções da Receita Operacional – Regulatório

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 28,5 milhões no 2T15, aumento de 19,5% comparada a R\$ 23,9 milhões do 2T14. A variação, reflete principalmente, o aumento de 26,1% nos tributos sobre a receita que acompanham a variação da receita operacional.

² **Resultados Regulatório:** Refere-se aos números provenientes dos demonstrativos contábeis regulatórios da CTEEP e de suas Subsidiárias Controladas, que são revisados somente ao final de cada exercício social pelos auditores independentes (assim, os resultados regulatórios do 2T15 ainda não foram revisados pela auditoria), cuja principal diferença é a não aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12). O ICPC 01 traz impacto material nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas Subsidiárias, sobretudo no registro dos investimentos realizados nos ativos de transmissão, com reflexo nas contas patrimoniais de "Ativo Financeiro" e "Ativo Imobilizado", e alterações na estrutura e apresentação das Demonstrações de Resultados. Por isso, nosso objetivo na divulgação dessas informações, é meramente de colaborar com o entendimento do negócio da CTEEP.

No 1S15, as deduções atingiram R\$ 56,6 milhões, aumento de 19,1% em relação ao mesmo período de 2014, quando reportou R\$ 47,5 milhões.

■ Receita Operacional Líquida – Regulatório

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Receita Operacional Líquida Consolidada no 2T15 atingiu R\$ 206,6 milhões, aumento de 15,5% em relação ao mesmo período de 2014 quando reportou R\$ 178,8 milhões.

■ Custos e Despesas de O&M – Regulatório

Os custos e despesas de O&M gerenciáveis apresentaram redução de R\$ 1,6 milhão (-1,5%) no segundo trimestre de 2015, comparados ao mesmo período de 2014; já os custos e despesas de O&M totais (excluindo as despesas de contingências, com aumento de R\$ 19,2 milhões), resgistraram alta de 15,7% no período.

A Companhia tem envidado todos os esforços para manter o mesmo nível de custos e despesas de O&M, e o resultado desses esforços fica evidente quando observamos os aumentos nos demais custos e despesas (ex-contingências) abaixo da inflação do período (IPCA de 8,89%), com destaque para: (i) reprogramação de algumas atividades de operação e manutenção em atendimento as necessidades técnicas e de acordo com restrições de intervenção no sistema; (ii) internalização de parte de serviços de operação e manutenção; e (iii) redefinição de escopo e condições de contratação.

O aumento das contingências deve-se, substancialmente: (i) ao aumento das despesas de contingências trabalhistas de R\$ 13,1 milhões no 2T15, das quais a CTEEP é corresponsável legal em processos trabalhistas de empresas inadimplentes e/ou insolventes que prestam serviço de mão de obra terceirizada à Companhia e (ii) aumento de contingências fiscais no valor de R\$ 5,7 milhões no 2T15, devido a processo de IPTU junto a prefeitura municipal de São José dos Campos.

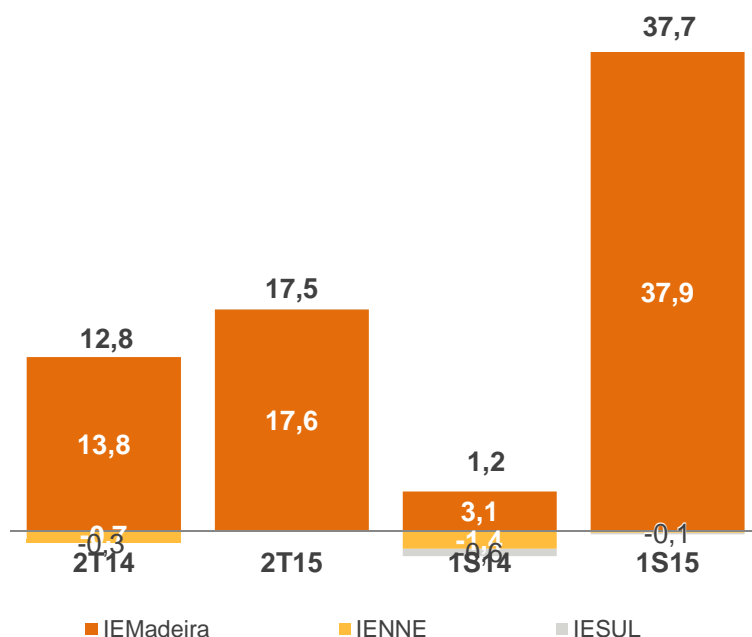
Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Pessoal	(56,0)	(56,0)	0,0%	(116,5)	(110,1)	5,8%	(58,6)	(58,3)	0,4%	(122,1)	(114,8)	6,4%
Materiais	(2,2)	(2,1)	0,5%	(3,8)	(4,9)	(23,3%)	(2,3)	(2,2)	4,4%	(4,0)	(5,1)	-21,4%
Serviços	(21,6)	(23,2)	(7,1%)	(40,1)	(47,1)	(14,9%)	(23,1)	(25,2)	(8,5%)	(43,2)	(50,7)	-14,7%
Depreciação	(6,1)	(5,2)	16,5%	(11,8)	(9,6)	22,0%	(12,5)	(11,3)	10,7%	(24,4)	(21,7)	12,5%
Contingências	(21,8)	(2,6)	748,7%	(39,0)	(11,0)	253,4%	(21,8)	(2,6)	749,5%	(38,9)	(11,0)	253,0%
Outros	(11,4)	(12,5)	(8,2%)	(24,1)	(26,8)	(9,9%)	(12,0)	(12,9)	(7,1%)	(25,2)	(27,7)	-9,2%
Total	(119,1)	(101,6)	17,2%	(235,2)	(209,5)	12,2%	(130,1)	(112,5)	15,7%	(257,9)	(231,0)	11,6%

Equivalência Patrimonial – Regulatório

O resultado da equivalência patrimonial no 2T15 registrou receita de R\$ 17,5 milhões, aumento de 36,7% frente à receita de R\$ 12,8 milhões no 2T14. A variação é decorrente, principalmente, do aumento de 27,5% no resultado da subsidiária IEMadeira devido: (i) aumento da despesa financeira e (ii) alterações no RTT com impactos na revisão dos benefícios SUDAM no Imposto de Renda.

O resultado negativo em IENNE, traz o efeito da primeira revisão tarifária periódica definida pela Resolução Homologatória nº 1.540, de junho de 2013, que Reduziu a RAP da subsidiária em 8,9% para o ciclo 2013/2014.

(R\$ milhões)



■ Lucro Líquido – Regulatório

O lucro líquido do 2T15 atingiu R\$ 61,7 milhões, um aumento de 3,8% em relação ao 2T14, quando registrou R\$ 59,4 milhões.

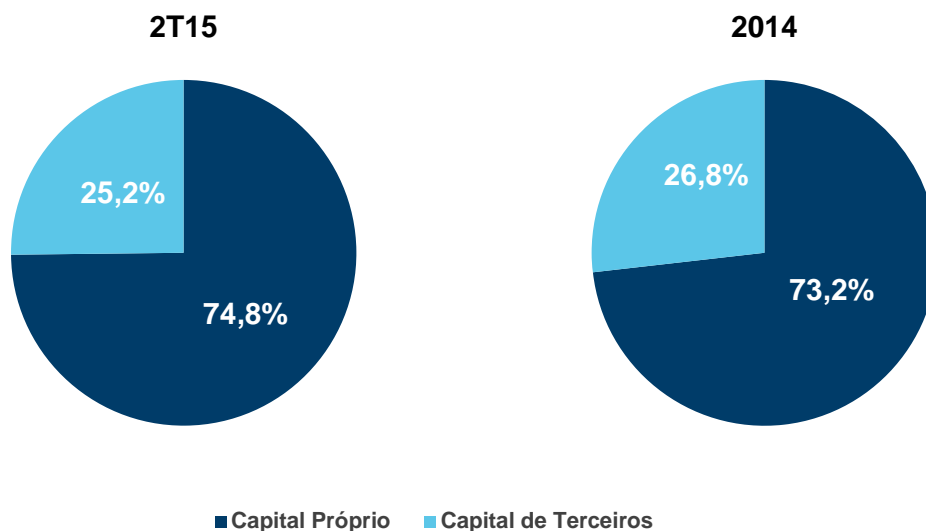
No 1S15 o lucro atingiu R\$ 133,1 milhões, aumento de 39,6% em relação ao mesmo período de 2014.

■ EBITDA e Margem EBITDA – Regulatório

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 105,3 milhões no 2T15, aumento de R\$ 18,4 milhões comparado ao Ebitda de R\$ 86,9 milhões registrado no 2T14. A margem EBITDA no 2T15 foi de 51,0%.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	2T15	2T14	1S15	1S14	2T15	2T14	1S15	1S14
Lucro (prejuízo) Líquido	58,4	59,4	127,6	95,3	61,7	59,4	133,1	95,3
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	17,6	13,9	38,1	28,1	19,0	14,8	40,5	30,0
Resultado financeiro líquido	4,1	(11,3)	(4,0)	(25,4)	4,1	(6,7)	(2,4)	(16,5)
Depreciações e amortizações	14,2	13,2	27,9	25,8	20,5	19,3	40,5	37,8
EBITDA ICVM nº 527/12	94,3	75,3	189,6	123,9	105,3	86,9	211,7	146,6
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	53,1%	47,9%	53,4%	39,1%	51,0%	48,6%	51,8%	40,8%

Estrutura de Capital



Endividamento

A dívida bruta consolidada em 30 de junho de 2015 somou R\$ 1.070,9 milhões, redução de 10,2% em relação ao final de 2014 quando registrou R\$ 1.191,9 milhões. Esta redução reflete, principalmente, o pagamento realizado em 26 de junho de 2015 da primeira parcela de juros da 3ª emissão de Debêntures, no montante de R\$ 101,6 milhões.

As disponibilidades da Companhia somavam R\$ 396,7 milhões, em 30 de junho de 2015, R\$ 87,6 milhões inferior ao registrado em 31 de dezembro de 2014 quando atingiu R\$ 484,3 milhões. Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 674,2 milhões, representando uma redução de 4,7% em relação à dívida líquida ao final de 2014.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	2T15	2014	Δ%
Dívida Bruta	1.070,9	1.191,9	-10,2%
Curto Prazo	89,7	215,9	-58,5%
Longo Prazo	981,2	976,0	0,5%
Disponibilidades*	396,7	484,3	-18,1%
Dívida Líquida	674,2	707,6	-4,7%

(*) Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, inclusive disponível para empresas controladas e contraladas em conjunto, e referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

Os principais indicadores financeiros (*covenants*) que a CTEEP está submetida são estabelecidos pela 1ª emissão de debêntures simples e pelos contratos de financiamentos com o BNDES:

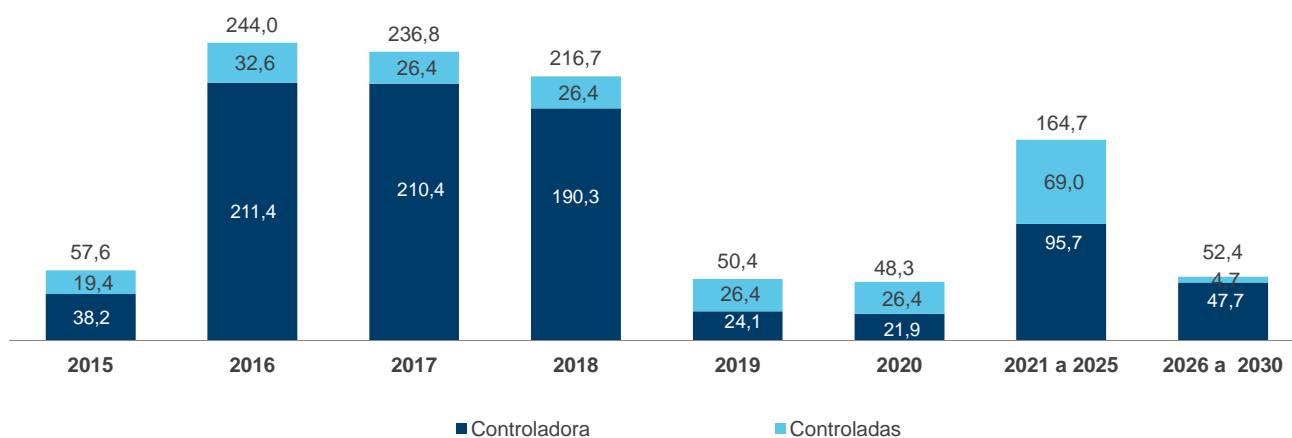
- Debêntures:** os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Debêntures $\leq 3,5$ e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro $\geq 3,0$, apurado trimestralmente. Os *covenants* e as exigências estabelecidos na 1ª Emissão de Debêntures Simples da CTEEP estão sendo devidamente observados e cumpridos pela Companhia;
- Contratos de financiamento do **BNDES:** indicadores financeiros máximos são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 5,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá

consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. Inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado aos *covenants*.

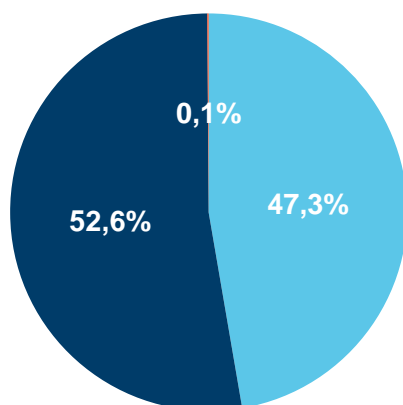
O **custo médio** da dívida consolidada passou de 10,1 % a.a. em 31 de dezembro de 2014 para 11,97% em 30 de junho de 2015. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento do IPCA acumulado de 6,41% em 31 de dezembro de 2014 para 8,47% em 30 de junho de 2015 e também, o aumento do CDI que passou de 10,96% ao final de 2014 para 13,57 % ao final de junho de 2015. O prazo médio da dívida consolidada no final em 30 de junho de 2015 era de 2,9 anos, em linha com o prazo de 2,8 anos do final de 2014.

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do endividamento e a composição pelas contratações e encargos.

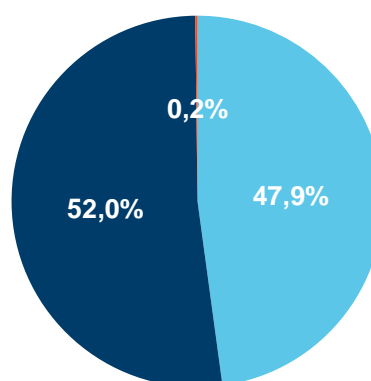
R\$ milhões



Contratação da Dívida e Indexação
2T15



Contratação da Dívida e Indexação
2014



■ BNDES - TJLP/PSI ■ Debêntures - CDI/IPCA ■ Outros



Assuntos Regulatórios

■ Nota Técnica da ANEEL nº 032/2015-SRD/ANEEL: Transferência das DIT

A ANEEL, em Reunião Pública Ordinária da Diretoria realizada em 23 de junho de 2015, aprovou a abertura de audiência pública para o período de 29 de junho a 31 de agosto de 2015, com vistas a colher subsídios e informações adicionais para análise da proposta de transferência, mediante indenização, a ser paga às transmissoras, das Demais Instalações de Transmissão (“DIT”) das transmissoras de energia elétrica para as distribuidoras, nos termos da Nota Técnica da ANEEL nº 32/2015 (Processo Administrativo nº 48500.004452/2014-60). Conforme parágrafo 46 da referida Nota Técnica, a transferência proposta contempla parte das instalações de transmissão caracterizadas por tensão de operação inferior a 230 Kv .

Considerando que trata-se de uma audiência pública as delimitações técnicas para determinar a proporção das instalações de DIT que seriam transferidas não são definitivas, de forma que não foi possível estimar comalguma precisão os impactos advindos da referida nota técnica.

Conforme fato relevante divulgado em 24 de junho de 2015, a Companhia está analisando os termos da Nota Técnica e fará contribuições na Audiência Pública, eventualmente tomando as medidas cabíveis para defender os interesses de seus acionistas nas esferas cabíveis

■ Resolução Homologatória nº 1.918: Reajuste Anual da RAP

Em 29 de junho de 2015, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.918, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Companhia (contrato nº 059/2001), líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$700,3 milhões* em 01 de julho de 2014, passou para R\$836,6 milhões* em 01 de julho de 2015, apresentando um incremento de R\$136,3 ,milhões equivalente a 19,6%. Sendo 8,3% do ajuste de IPCA/IGPM, 0,1% da variação da parcela de ajuste, 7,1% de RAP adicional para novos investimentos que entraram em operação e investimentos previstos para entrarem em operação no decorrer do ciclo e 4,1% referente ao CAIMI (receita para compensar o custo anual das instalações móveis e imóveis.)

A receita Regulatória da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$827,7 milhões* em 01 de julho de 2014, passou para R\$963,3 milhões* em 01 de julho de 2015, apresentando um incremento de R\$135,6 milhões equivalente a 16,4%. Sendo 8,1% do ajuste de IPCA/IGPM, -1,0% da variação da parcela de ajuste, 6,3% de RAP adicional para novos investimentos que entraram em operação e investimentos previstos para entrarem em operação no decorrer do ciclo, -0,4% referente à revisão tarifária periódicos contratos da Pinheiros e Serra do Japi e 3,4% referente ao CAIMI.

* contempla a receita dos investimentos autorizados que entrarão em operação nos próximos ciclos



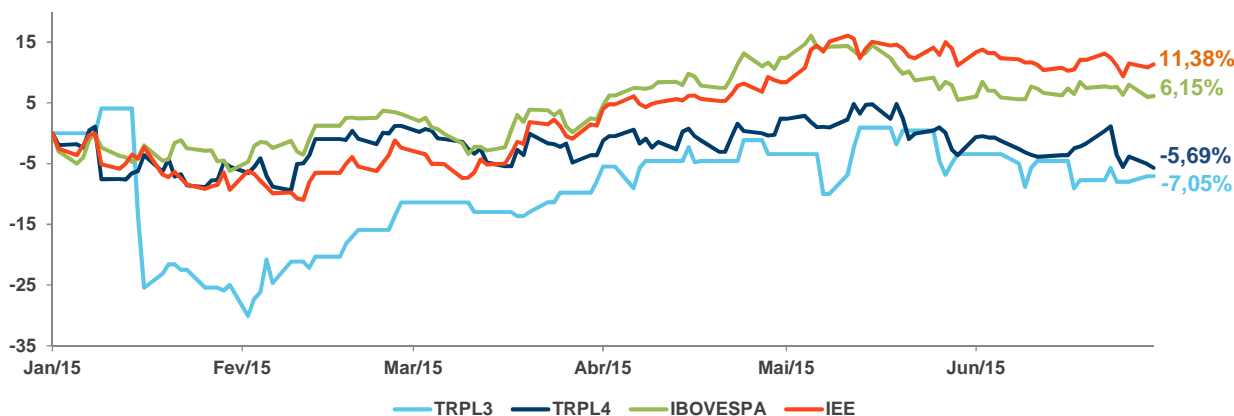
Eventos Subsequentes

- **Contas a receber – ativo de concessão**

Em 17 de julho de 2015, a ANEEL emitiu Nota Técnica nº 196/2015-SFF/ANEEL com o valor das instalações do SE, de R\$ 3,7 bilhões, o qual ainda será validado pelo Diretor Relator e homologado pela Diretoria da ANEEL.

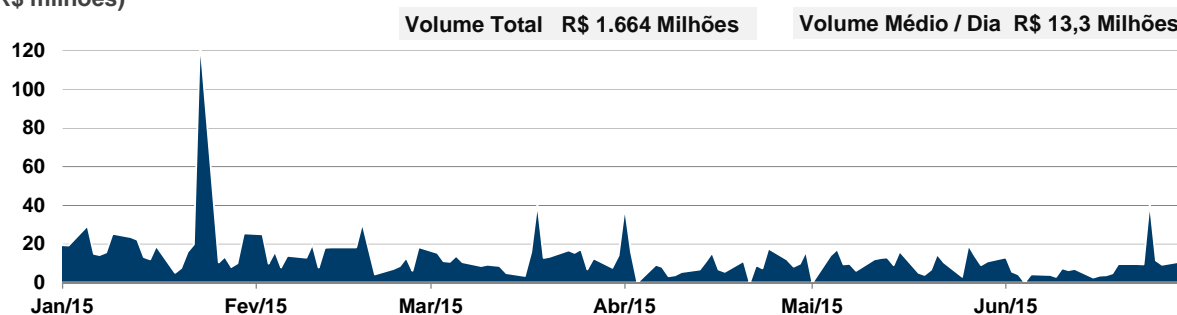
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o 2T15 cotadas a R\$ 40,90 e R\$ 39,14, respectivamente, o que representa uma variação de -7,05% e -5,69%, também respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2014. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma valorização de 6,15% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou-se 11,38%.



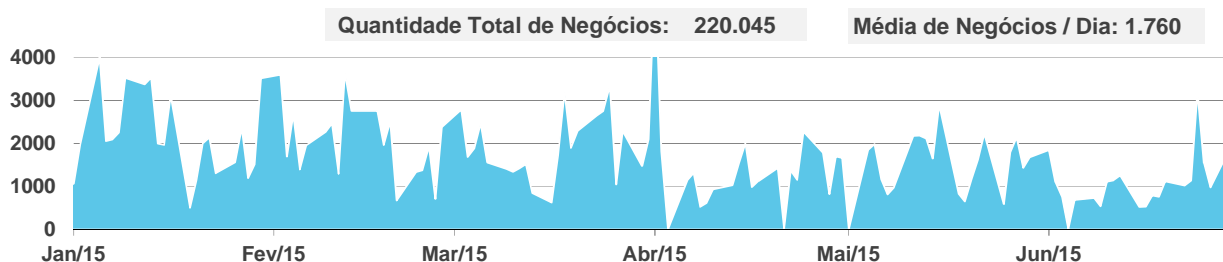
Durante o primeiro semestre de 2015, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 13,3 milhões, o volume total negociado no ano foi de R\$ 1,7 milhões.

Volume Financeiro Negociado até 30/06/2015 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 1.760 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 220,0 mil negócios no 1S15.

Quantidade de Negócios até 30/06/2015 (unidades)



Anexos

Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/15	31/12/14	30/06/15	31/12/14
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4.689	1.390	7.372	4.696
Aplicações Financeiras	260.743	398.623	389.300	479.601
Contas a Receber	439.719	647.263	538.264	729.946
Estoques	41.340	43.426	43.610	45.696
Tributos Correntes a Recuperar	33.832	32.146	36.166	34.480
Despesas Antecipadas	18.539	819	18.654	948
Outros	81.989	101.430	93.186	119.874
	880.851	1.225.097	1.126.552	1.415.241
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	2.407.818	2.324.696	3.287.913	3.165.656
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	874.863	802.102	874.863	802.102
Benefício Fiscal - ágio incorporado	15.530	30.473	15.530	30.473
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	188.393	188.556	188.393	188.556
Cauções e Depósitos Vinculados	58.896	62.353	58.896	62.353
Estoques	31.219	37.993	31.219	37.993
Outros	12.044	12.706	24.009	24.395
	3.588.763	3.458.879	4.480.823	4.311.528
Investimentos	2.125.587	1.967.284	1.386.399	1.315.669
Imobilizado	23.470	24.538	23.484	24.553
Intangível	24.323	26.148	52.801	56.022
	2.173.380	2.017.970	1.462.684	1.396.244
Total do Ativo	6.642.994	6.701.946	7.070.059	7.123.013

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/15	31/12/14	30/06/15	31/12/14
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	26.081	93.593	64.821	132.050
Debêntures	24.831	83.846	24.831	83.846
Fornecedores	31.782	46.481	43.434	75.470
Tributos e Encargos sociais a recolher	54.094	24.641	56.447	26.521
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	15.527	14.950	15.527	14.950
Encargos Regulatórios a recolher	18.535	37.937	19.330	40.579
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.001	33.703	2.001	33.703
Provisões	29.905	26.986	30.701	27.469
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.232	5.375	6.232	5.375
Outros	7.616	10.313	13.544	16.215
	216.604	377.825	276.868	456.178
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	250.519	234.216	442.871	440.580
Debêntures	538.345	535.399	538.345	535.399
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	129.395	132.061	129.395	132.061
PIS e COFINS diferidos	89.874	79.867	128.308	117.972
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	33.399	33.956
Encargos Regulatórios a recolher	25.037	21.981	27.541	22.610
Provisões	152.756	131.499	152.812	131.592
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Total exigível a longo prazo	1.209.979	1.159.076	1.476.724	1.438.223
Participação de Acionista não Controlador	0	0	100.056	63.567
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.215.291	2.215.291	2.215.291	2.215.291
Reservas de Capital	1.277.356	1.277.356	1.277.356	1.277.356
Reservas de Lucros	1.671.732	1.671.732	1.671.732	1.671.732
Lucros/Prejuízos Acumulados	51.366	0	51.366	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	5.216.411	5.165.045	5.216.411	5.165.045
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.642.994	6.701.946	7.070.059	7.123.013

■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil) – Consolidado

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Receita Operacional Bruta	314.083	246.373	27,5%	599.794	498.660	20,3%
Construção	70.809	40.439	75,1%	119.554	81.153	47,3%
O&M	192.136	166.212	15,6%	380.398	334.326	13,8%
Fiançeira	45.786	34.425	33,0%	89.079	72.584	22,7%
Outras	5.352	5.297	1,0%	10.763	10.597	1,6%
Deduções à Receita Operacional	(35.042)	(27.999)	25,2%	(67.107)	(54.999)	22,0%
Receita Operacional Líquida	279.041	218.374	27,8%	532.687	443.661	20,1%
Custos e Despesas Operacionais	(185.799)	(143.593)	29,4%	(346.722)	(281.037)	23,4%
Pessoal	(62.353)	(62.564)	(0,3%)	(130.943)	(121.517)	7,8%
Material	(44.832)	(20.233)	121,6%	(61.983)	(34.910)	77,6%
Serviços	(42.565)	(43.012)	(1,0%)	(84.955)	(81.492)	4,2%
Outros	(36.049)	(17.784)	102,7%	(68.841)	(43.118)	59,7%
Resultado Bruto	93.242	74.781	24,7%	185.965	162.624	14,4%
Equivalência Patrimonial	18.818	20.850	(9,7%)	34.979	36.013	(2,9%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(9.118)	13.779	(166,2%)	(16.937)	6.249	(371,0%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	102.942	109.410	(5,9%)	204.007	204.886	(0,4%)
Resultado Financeiro	(4.075)	6.662	(161,2%)	2.415	16.521	(85,4%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	22.261	23.823	(6,6%)	45.328	48.833	(7,2%)
Receita de Variação monetária Líquida	9.755	18.572	(47,5%)	27.348	37.180	(26,4%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.087)	(35.433)	1,8%	(70.125)	(69.099)	1,5%
Outras	(4)	(300)	(98,7%)	(136)	(393)	(65,4%)
Lucro operacional	98.867	116.072	(14,8%)	206.422	221.407	(6,8%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(18.971)	(25.961)	(26,9%)	(39.932)	(45.754)	(12,7%)
Corrente	(21.829)	(13.351)	63,5%	(40.318)	(21.726)	85,6%
Diferido	2.858	(12.610)	(122,7%)	386	(24.028)	(101,6%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	79.896	90.111	(11,3%)	166.490	175.653	(5,2%)
Participação do Acionista não Controlador	(3.281)	0	100,0%	(5.483)		
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	76.615	90.111	(15,0%)	161.007	175.653	(8,3%)

■ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1S15	1S14	1S15	1S14
Caixa Líquido Atividades Operacionais	205.288	255.856	220.577	270.399
Caixa Gerado nas Operações	215.184	226.114	249.705	225.859
Lucro Líquido	161.007	175.653	161.007	175.653
Depreciação e Amortização	3.894	4.345	4.272	4.345
Imposto de renda e contribuição social diferidos	163	26.620	(386)	24.028
Provisão para contingências	21.258	(10.181)	21.221	(10.181)
Valor residual de ativo permanente baixado	43	166	43	166
Amortização do ágio incorporado	14.943	14.943	14.943	14.943
Amortização do ágio Everecy	1.245	1.245	1.245	1.245
Reversão da provisão perda em Controlada	(1.177)	(1.198)	(1.177)	(1.198)
PIS e COFINS Diferidos	10.007	8.308	10.336	(17.862)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	64.711	62.054	73.179	70.733
Equivalência Patrimonial	(60.911)	(55.841)	(34.979)	(36.013)
Variações nos Ativos e Passivos	(9.896)	29.742	(29.128)	44.540
Contas a receber	80.313	128.998	70.594	151.638
Estoques	8.860	120	8.860	8.827
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(72.761)	(67.854)	(72.761)	(67.854)
Tributos e contribuições compensáveis	(1.630)	(5.462)	(1.630)	(5.491)
Cauções e depósitos vinculados	3.457	8.196	3.457	8.196
Despesas pagas antecipadamente	(17.720)	(13.524)	(17.706)	(13.654)
Outros	(1.367)	(5.642)	5.603	(12.654)
Fornecedores	(14.699)	(2.123)	(32.036)	(11.929)
Tributos e encargos sociais a recolher	29.453	(2.062)	29.926	(1.891)
Encargos regulatórios a recolher	(17.238)	6.071	(17.210)	6.503
Provisões	2.918	(1.049)	3.231	(1.080)
Valores a pagar	857	(114)	857	(114)
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(7.642)	(7.100)	(7.642)	(7.100)
Outros	(2.697)	(8.713)	(2.671)	(8.857)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	104.956	(82.977)	111.242	(75.871)
Imobilizado	(585)	(3.773)	(585)	(3.773)
Intangível	(459)	(7.112)	(685)	(7.523)
Investimentos	(31.880)	(132.270)	(14.280)	(131.070)
Aplicação Financeira	137.880	60.179	90.296	66.496
Transações com Acionistas não Controladores	0	0	36.496	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(306.944)	(173.112)	(329.142)	(195.088)
Adições de empréstimos	30.000	151.368	30.000	151.368
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(195.547)	(124.987)	(217.745)	(146.963)
Dividendos pagos	(141.397)	(199.493)	(141.397)	(199.493)
Varição de Caixa e Equivalentes	3.299	-233	2.676	-560
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.390	1.257	4.696	4.270
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.689	1.024	7.372	3.710

■ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	2T15	2014
BNDES	TJLP + 2,3% ano	15/06/15	0	46.901
	TJLP + 1,8% ano	15/06/15	0	28.129
	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	202.623	175.751
	3,50% a.a.	15/01/24	62.351	64.154
	4,00% a.a.	15/08/18	242	281
	6,00% a.a.	15/11/19	10.222	10.346
Debêntures - CTEEP				
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	65.119	58.692
Série Única	116% CDI	26/12/18	498.057	560.553
Outros - CTEEP				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	217	240
Arrendamento Mercantil	-	-	945	2.007
Total Dívida Bruta CTEEP:			839.776	947.054
BNDES				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	39.824	42.358
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	38.808	40.548
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/01/21	56.109	60.999
	3,50% a.a.	15/04/23	14.170	15.072
	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	6.679	6.942
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	40.502	42.327
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	35.000	36.575
Total Dívida Bruta Subsidiária			231.092	244.821
Total Dívida Bruta Consolidado (R\$ mil)			1.070.868	1.191.875

■ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ milhões)

Endividamento CTEEP (Equivalencia Patrimonial) - 30/06/2015

Empresa	Fontes	Encargos	Vencimentos	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	223,4
IE MADEIRA	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	763,3
IE MADEIRA	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	102,1
IE MADEIRA	BASA	8,5% a.a.*	10/10/2032	153,8
Dívida Bruta IE Madeira (51% CTEEP)				1.242,7
Disponibilidades				72,8
Dívida Líquida IE Madeira (51% CTEEP)				1.169,8
IENTNE	BB	CDI + 1,35% a.a	04/08/2014	3,4
IENTNE	BNB	8,50% a.a.*	19/05/2030	51,1
Dívida Bruta IENNE (25% CTEEP)				54,5
Disponibilidades				0,0
Dívida Líquida IENNE (25% CTEEP)				54,5
IEGARANHUNS	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	123,7
IEGARANHUNS	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	55,4
IEGARANHUNS	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,4
Dívida Bruta IE GARANHUNS (51% CTEEP)				179,6
Disponibilidades				2,8
Dívida Líquida IE GARANHUNS (51% CTEEP)				176,8
IE SUL	BNDES	5,50% a.a.	15/01/2021	4,7
IE SUL	BNDES	3,00% a.a.	15/08/2023	3,0
IE SUL	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/08/2028	3,8
IE SUL	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/2025	5,0
Dívida Bruta IE SUL (50% CTEEP)				16,5
Disponibilidades				0,8
Dívida Líquida IE SUL (50% CTEEP)				15,7
TOTAL Dívida Bruta (R\$ milhões)				1.493,2
TOTAL Dívida Líquida (R\$ milhões)				1.416,8

■ Anexo VI – Subsidiárias

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2015/2016 (R\$ milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	14,9	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	46,1	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	52,6	Nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	13,1	Jul/25	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins	Jan/11	36,5	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(**)	15,3	Out/38	CTEEP 50% + 1 ação CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	416,2	Fev/39	CTEEP 51% Furnas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	3º trimestre 2015	88,3	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%

(*) Lote H - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K – A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(**) Lote F - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º semestre de 2015.

(***) Lote D - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$ 239,9 milhões)

Lote F - Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3.150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2.950 MW, entrou em operação comercial em 12 de maio de 2014 (RAP: R\$ 205,5 milhões)

■ Anexo VII – Contas a Receber

Contas a receber (ativos de concessão) é o valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros de cada projeto do contrato de concessão. Também faz parte do contas a receber (ativos de concessão) o O&M - Operação e Manutenção que refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

Contas a Receber (ativos de concessão) R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	2T15	2014	2T15	2014
O&M	112,1	129,4	126,0	142,0
Contas a receber serviços de O&M (a)	112,1	129,4	126,0	142,0
Ativo Financeiro	944,3	864,7	1.909,1	1.775,7
Contas a Receber serviços de construção (b)	939,8	861,0	1.832,2	1.697,4
Contas a receber por reversão (c)	4,5	3,7	76,9	78,3
Ativo Reversível - Lei 12.783	1.791,1	1.977,8	1.791,1	1.977,8
Contas a receber (NI) (d)	300,1	486,9	300,1	486,9
Contas a receber (SE) (d)	1.491,0	1.491,0	1.491,0	1.491,0
Total	2.847,5	2.972,0	3.826,2	3.895,6

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

(b) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.

(c) Contas a receber por reversão – refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.

(d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:

- A parcela da reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$ 2.949, milhões, sendo R\$ 2.891,3 milhões referente ao VNR 'apurado e R\$ 57,8 milhões referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais, das quais as seis últimas parcelas encontram-se pendentes de recebimento, totalizando R\$ 300 milhões. Conforme previsto na Nota Técnica da ANEEL nº 14/2015, referente a indenização nos termos da Lei nº 12.783/2013 está contemplada, como item de repasse, no orçamento do ano de 2015 da CDE.
- A parcela da reversão das instalações referente ao SE, corresponde ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista despacho ANEEL nº 155 de 23 de janeiro de 2013, que orienta pela manutenção do valor de custo até a homologação pelo Poder Concedente. Conforme divulgado em fato relevante de 12 de agosto de 2014, foi realizado novo laudo de avaliação independente, que totaliza R\$5,2 bilhões equivalente aos investimentos pelo VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012. Em 08 de janeiro de 2015, a Companhia recebeu da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF) da ANEEL Relatório de Fiscalização, conforme fato relevante divulgado na mesma data, que apresentou entendimento da SFF para o valor correspondente as instalações do SE em R\$3,6 bilhões. A Companhia apresentou recurso e argumentos adicionais para contestar o valor. Em 17 de julho de 2015, a ANEEL emitiu Nota Técnica nº 196/2015-SFF/ANEEL com novo entendimento para o valor das instalações do SE, sendo R\$3,7 bilhões. A Companhia continua pleiteando o reconhecimento dos valores contestados. Os efeitos e reconhecimento contábil dependem da homologação pela Diretoria Colegiada da ANEEL do valor final, bem como definição de forma e prazo de recebimento pelos Ministérios de Minas e Energia.

■ Anexo VIII – Resultados Consolidado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Receita Operacional Bruta	235.071	202.694	16,0%	465.031	406.599	14,4%
Disponibilidade da Rede Elétrica	229.719	197.399	16,4%	454.268	396.004	14,7%
Outras	5.352	5.295	1,1%	10.763	10.595	1,6%
Deduções à Receita Operacional	(28.509)	(23.865)	19,5%	(56.615)	(47.534)	19,1%
Receita Operacional Líquida	206.562	178.829	15,5%	408.416	359.065	13,7%
Custos e Despesas Operacionais	(130.123)	(112.463)	15,7%	(257.863)	(231.005)	11,6%
Pessoal	(58.550)	(58.342)	0,4%	(122.149)	(114.798)	6,4%
Material	(2.294)	(2.198)	4,4%	(3.975)	(5.056)	(21,4%)
Serviços	(23.057)	(25.209)	(8,5%)	(43.223)	(50.688)	(14,7%)
Outros	(46.222)	(26.714)	73,0%	(88.516)	(60.463)	46,4%
Resultado Bruto	76.439	66.366	15,2%	150.553	128.060	17,6%
Equivalência Patrimonial	17.538	12.820	36,8%	37.671	1.178	3097,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(9.228)	(11.583)	(20,3%)	(17.029)	(20.466)	(16,8%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	84.749	67.603	25,4%	171.195	108.772	57,4%
Resultado Financeiro	(4.077)	6.663	(161,2%)	2.414	16.522	(85,4%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	22.259	23.823	(6,6%)	45.327	48.835	(7,2%)
Receita de Variação monetária líquida	9.755	18.572	(47,5%)	27.348	37.179	(26,4%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.087)	(35.432)	1,8%	(70.125)	(69.098)	1,5%
Outras	(4)	(300)	(98,7%)	(136)	(394)	(65,5%)
Lucro operacional	80.672	74.266	8,6%	173.609	125.294	38,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(18.969)	(14.833)	27,9%	(40.517)	(29.982)	35,1%
Corrente	(21.608)	(13.352)	61,8%	(39.886)	(21.727)	83,6%
Diferido	2.639	(1.481)	(278,2%)	(631)	(8.255)	(92,4%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	61.703	59.433	3,8%	133.092	95.312	39,6%
Participação do Acionista não Controlador	(3.281)	0	100,0%	(5.483)	0	
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	58.422	59.433	(1,7%)	127.609	95.312	33,9%

■ Anexo IX – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira (51% CTEEP)

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2T15	2T14	Δ%	1S15	1S14	Δ%
Receita Operacional Bruta	136.471	90.302	51,1%	271.363	138.920	95,3%
Deduções à receita operacional	(17.361)	(11.489)	51,1%	(34.524)	(17.674)	95,3%
Receita operacional líquida	119.110	78.813	51,1%	236.839	121.246	95,3%
Custos dos serviços de operação	(23.751)	(15.740)	50,9%	(50.875)	(41.820)	21,7%
Lucro Bruto	95.359	63.073	51,2%	185.965	79.426	134,1%
Despesas Gerais e Administrativas	0	0		539	0	
Resultado Financeiro	(51.951)	(36.043)	44,1%	(103.173)	(73.263)	40,8%
Lucro antes do IR & CSLL	43.408	27.030	60,6%	83.331	6.163	1252,1%
IR & CSLL	(8.946)	0		(8.946)	0	
Lucro líquido	34.462	27.030	27,5%	74.385	6.163	1107%
Participação CTEEP	17.576	13.785	27,5%	37.937	3.143	1107,0%